

agiota truculento. Desde então, não voltou à cidade. Nem pagou a dívida. "Não quero matar ninguém, só receber meu dinheiro", diz Juscelino Lima Soares, o agiota. "Acho que esse sujeito quer é me dar o calote." Juscelino conta

que foi procurado por Vieira em 1995. O ex-secretário pediu 1 milhão de reais e prometeu pagar em dois meses, quando nascessem alguns "filhotes" (maneira carinhosa com que Vieira se referia a depósitos em sua conta bancária). "A confiança foi tanta que eu só peguei dois cheques como garantia", declara. Em negócios como este, o agiota costuma exigir que o devedor passe para seu nome todos os bens, a título de caução. Pouco antes da fuga, Vieira propôs quitar a dívida em troca de uma emissora de rádio que tinha em Campina Grande, na Paraíba. "Não aceitei. A rádio não estava no nome dele e não valia muita coisa", afirma Juscelino. Depois disso, o ex-secretário nunca mais apareceu.

Entre todos os credores, o que vem despendendo mais esforços para encontrar o desaparecido é a Receita Federal. O Leão quer receber 9,7 milhões de reais do ex-secretário, resultado de impostos não recolhidos sobre operações financeiras. O dinheiro refere-se à conta fantasma da campanha de Collor. Vieira argumenta que, como o dinheiro não era dele, não tem de pagar nada. Seus advogados em Brasília entraram com uma ação na Justiça para tentar livrar o ex-secretário. É pouco provável que consigam, mas o processo traz uma grande novidade. No início da petição, os advogados, como é de praxe, qualificam o cliente. Está escrito lá: "Cláudio Francisco Vieira, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Maceió, na Rua 21 de Junho, número 57, Gruta de Lurdes". O endereço é de um bairro de classe média, perto do aeroporto. É mais um endereço na ficha de Vieira. Os vizinhos dizem que não têm visto ninguém por lá ultimamente. ■

## Erro de cálculo

Laudo culpa engenheiro e livra Naya do Código Penal

**A** pontado como principal responsável pelo desabamento do edifício Palace II, que causou a morte de oito pessoas no Rio em fevereiro, o ex-deputado Sérgio Naya recebeu com alívio o laudo técnico do Instituto de Criminalística Carlos Éboli sobre a tragédia, divulgado na terça-feira da semana passada. Depois de examinar as plantas do projeto e analisar amostras do material usado na construção, os peritos concluíram que o prédio ruiu por erro de cálculo. O laudo afrouxa o nó no pescoço de Naya e joga toda a culpa pelo acidente no engenheiro José Roberto Chendes, que assinou os cálculos que orientaram a construção do edifício. Dono da construtora Sersan e engenheiro responsável pela obra, Naya provavelmente terá de pagar uma indenização aos antigos moradores do Palace, mas, graças ao laudo, ganha oxigênio em sua luta para evitar o Código Penal. VEJA ouviu na semana passada sete advogados sobre o caso. Todos acreditam que Naya ficou livre de um processo criminal. "Se não provarem que Naya é culpado diretamente pelo desabamento, ele responderá apenas ao processo na área cível", diz o advogado Sérgio Bermudes.

O Palace II, um edifício de 22 andares e 172 apartamentos, foi implodido seis dias depois que duas de suas alas, com 44 apartamentos, desabaram. O laudo do Instituto Carlos Éboli desfez uma das principais suspeitas que surgiram na época. Acreditava-se que a falta de manutenção e o uso de material de construção de má qualidade tivessem levado o edifício ao chão. No meio dos destroços, engenheiros encontraram conchas do mar mistura-

das ao concreto. Na época, divulgou-se uma fita de vídeo na qual o próprio Naya admitia usar material de segunda mão nas obras da Sersan. Segundo os peritos, porém, não foi isso o que derubou o prédio. O problema foi que, nos cálculos de Chendes, as colunas do edifício foram projetadas para suportar 230 toneladas, menos da metade do peso da construção. "É um absurdo", protestou o advogado dos ex-moradores, Nélcio Andrade. "Todos viram que o prédio foi feito com material que esfarela." Ele pretende encomendar novos laudos a institutos nacionais e estrangeiros.

Na quarta-feira, quando ainda comemoravam o resultado do laudo, os advogados de Naya foram surpreendidos por outra notícia. O delegado Carlos Pinto concluiu o inquérito sobre o desabamento pedindo a prisão preventiva do empresário,

por temer que ele fuja para não pagar as indenizações. O caso agora está com o Ministério Público, que tem um mês para examinar o inquérito e decidir se denuncia o ex-deputado à Justiça. Se isso ocorrer, Naya responderá ao processo no Supremo Tribunal Federal. Embora tenha sido cassado pela Câmara em abril, Naya tem direito a foro privilegiado porque ainda era deputado na época do desabamento. O laudo divulgado na semana passada será um bom argumento para a defesa de Naya, mas não deve livrá-lo de pagar uma compensação às famílias das vítimas. Somada à inden-

nização que ele provavelmente terá de pagar às famílias do edifício vizinho, o Palace I, que foi interditado por também apresentar risco de desabamento, poderá obrigar o ex-deputado a desembolsar 9 milhões de reais. "O dono da empresa é responsável pelos profissionais que contrata e por seus atos", explica o advogado Ives Gandra da Silva Martins. ■



O ex-deputado: 9 milhões de reais em indenizações

RICARDO STUCKERT